



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC Nº 14082/14

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – APOSENTADORIA – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação do ato e nos cálculos dos proventos – Preenchimento dos requisitos constitucionais e legais. Concessão de registro e arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO AC2 TC 04768/2014

1. INFORMAÇÕES GERAIS

ÓRGÃO: IPAM- Instituto de Prev. e Assist. do Município de João Pessoa - IPM
AUTORIDADE HOMOLOGADORA: Superintendente
BENEFÍCIO: Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais
BENEFICIÁRIO(A): Lúcia de Fátima Santos da Silva
CARGO: Professor da Educação Básica I
MATRÍCULA: 18.997-9
LOTAÇÃO: Secretaria da Educação e Cultura
DATA ADMISSÃO: 01/07/1985
DATA NASCIMENTO: 10/10/1963
ATO: Portaria nº 265/2014, publicada no Semanário Oficial nº 1436 - Extra
IDADE: 50 anos
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: 10.548 dias
FUNDAMENTAÇÃO DO ATO: Art. 6º, incisos I, II, III e IV da EC nº 41/03 c/c o § 5º do art. 40 da CF/88

2. ANÁLISE DA AUDITORIA

Pelo registro do ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de servidor(a) legalmente apto(a) ao benefício, estando corretos os dados de tempo de serviço e os cálculos dos proventos feitos pelo Órgão de origem.

3. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/PB

Na sessão de julgamento, opinou pela legalidade da aposentadoria e concessão de registro ao correspondente ato.

4. DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, ACORDAM os Membros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, na sessão realizada nesta data, em julgar legal e conceder registro ao ato de Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais do(a) servidor Lúcia de Fátima Santos da Silva, no cargo de Professor da Educação Básica I, matrícula nº 18.997-9, lotado(a) na Secretaria da Educação e Cultura, tendo como fundamento o art. 6º, inciso I, II, III e IV da Constituição Federal nº 41/03, c/c o § 5º do art. 40 da CF/88, determinando-se o arquivamento do processo.

Publique-se e registre-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Miniplenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 11 de novembro de 2014.

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho
Presidente

Conselheiro em Exercício Antônio Cláudio Silva Santos
Relator

Representante do Ministério Público
Junto ao TCE/PB